



REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA AO OFÍCIO N. 0009/2026

Da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Difusão, Divisão Santa Catarina, de Florianópolis, solicitando a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública em razão da nova denominação da entidade. (Liga de Amadores Brasileiro de Radio Emissão - LABRE)

Autor: Entidade

Relator: Deputado Napoleão Bernardes

Trata-se de Ofício encaminhado pela Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Difusão, Divisão Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis, por meio do qual requer a alteração da norma que a reconheceu de utilidade pública estadual, em razão da alteração de sua denominação social para Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão - LABRE.

Observa-se que a entidade não apresentou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária que documenta a referida mudança de denominação e nem o Estatuto Social que conste a referida mudança, conforme determina o §1º do art. 5º da Lei nº 18.269, de 2021:

Art. 5º A entidade que promover a mudança de sua sede e/ou a de sua **denominação social** deverá solicitar à Alesc a alteração da norma legal que a reconheceu de utilidade pública estadual.

§ 1º Para fins de comprovação do disposto no *caput* deste artigo, a entidade deverá apresentar cópias da **ata da assembleia geral e da alteração do estatuto em que conste a mudança de sua sede e/ou denominação**, registradas em Cartório ou na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), atualizada.

Desta forma, para possibilitar a atualização do registro da entidade anteriormente reconhecida de utilidade pública pela Lei nº 2.114, de 1959, torna-se necessária a apresentação de diligências.



Assim, com base no inciso XIV do art. 71 do Regimento Interno da Alesc, requeiro que seja promovida **DILIGÊNCIA**, para que a Entidade providencie os documentos faltantes, quais sejam, Ata da Assembleia Geral Extraordinária e o Estatuto Social que conste a referida mudança da denominação, conforme fundamenta o § 1º do art. 5º da Lei nº 18.269, 2021, a fim de subsidiar esta Relatoria quanto ao cumprimento dos requisitos legais, com vistas à alteração da lei que a declarou de utilidade pública estadual.

Sala das Comissões,

NAPOLEÃO BERNARDES,

Deputado Estadual

Relator